



Centro Universitário de Brasília  
Faculdade de Ciências da Saúde

## **TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

ROSANA IIZUKA CORDEIRO

Brasília – 2002

Centro Universitário de Brasília  
Faculdade de Ciências da Saúde  
Licenciatura em Ciências Biológicas

## **TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

ROSANA IIZUKA CORDEIRO

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências da Saúde do Centro Universitário de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciado em Ciências Biológicas.

Orientação: Marcelo X. A. Bizerril (FACS-UniCEUB)  
Elizabeth M. M. Costa (FACS-UniCEUB)

Brasília – 2002.

## Agradecimento

À Deus, por ter me dado saúde para chegar até aqui; à professora Elizabeth Mamede e ao professor Marcelo Ximenes, por terem me dado todo o apoio que precisei e à minha família que sempre me deu força apoio em todos os momentos em que foi necessário.

## Dedicatória

Às duas pessoas mais importantes na minha vida, que me ensinaram desde o primeiro passo ao caráter que tenho hoje: **meus pais**.

## Resumo

A vida humana é intimamente associada à natureza. Sua interferência sobre o meio ambiente, na maioria das vezes, provoca degradações desconfigurando a harmonia natural. Atualmente cresce o interesse pelo turismo em áreas naturais em busca de contato com a natureza e isso tem provocado vários impactos ambientais, socioculturais e econômicos às localidades visitadas. O ecoturismo surgiu como um instrumento para fazer do turismo em áreas naturais uma prática em harmonia com a natureza, mas infelizmente não é o que ocorre na maioria dos casos. É necessário ainda que se faça estudos de planejamento para tornar o ecoturismo uma atividade que gere desenvolvimento e preserve o meio ambiente. Para tanto, muitas recomendações como: apoio às economias locais, envolvimento das comunidades locais, redução do consumo exagerado e do desperdício dos recursos naturais, realização de pesquisas e um marketing que forneça informações que leve o turista a respeitar o meio ambiente são feitas para desenvolver um planejamento eficaz e realizar uma implantação do ecoturismo de maneira a promover a preservação do meio ambiente e a satisfação do ecoturista.

Turismo, ecoturismo, desenvolvimento sustentável.

## Sumário

1) Introdução.....	1
2) Ecoturismo.....	2
2.1-Histórico.....	2
2.2-Onde praticar ecoturismo.....	4
2.3-Characterização do ecoturista.....	4
3) Desenvolvimento Sustentável.....	6
3.1-Capacidade suporte ambiental e capacidade de carga turística.....	6
3.2-Turismo como fator de desenvolvimento econômico.....	7
4) Impactos causados pela prática do turismo.....	9
5) Recomendações para a prática do ecoturismo sustentável.....	13
6) Conclusão.....	17
7) Referências Bibliográficas.....	18
8) Anexo.....	21

## 1-Introdução

O ser humano ocupa um espaço considerável da biosfera. A população humana excede os cinco bilhões de indivíduos. Todo o seu desenvolvimento tecnológico teve como resultado um consumo de energia e de recursos que excedem em muito as suas necessidades básicas. Este exagerado consumo de recursos e, conseqüentemente, a grande produção de rejeitos resultaram em impactos de dimensões globais. O primeiro é o impacto de suas atividades no meio natural causando interrupções de processos ecológicos e a extinção de espécies, e o segundo é a constante deterioração do meio ambiente à medida que avançamos os limites do desenvolvimento sustentável (Ricklefs, 1996).

A relação existente entre o homem e a natureza vem sendo objeto de reflexões desde o século XIX (Conti, 1997). Nessas relações, inclui-se o deslocamento das pessoas que pode ser bastante evidenciado na prática do turismo. O homem ocupa a natureza transformando o meio para abrigá-lo e permitir-lhe a sobrevivência em sociedade (Bueno, 1999).

O turismo é um fenômeno que está em crescimento em todo o mundo. Movimenta cada vez mais pessoas e considerável volume de capital. Para vários países representa uma importante fonte de geração de renda, empregos e de divisas (Aulicino, 1997). Sendo uma das maiores indústrias do mundo, o turismo está interligado a muitos dos principais setores da economia mundial, intimamente relacionado com a vida econômica, sociocultural e ambiental (Fennell, 2002).

Assim como os demais setores da economia moderna, o turismo depende da apropriação e exploração da natureza e das sociedades locais. São muitos os exemplos de degradação ambiental e sociocultural provenientes do turismo devido ao uso não sustentável até que se esgotem as fontes de matéria-prima e sejam procuradas outras áreas de exploração (Mendonça, 1999).

O turismo, de modo geral, é hoje a indústria civil mais importante do mundo. Só o ecoturismo gerou aproximadamente 7% de todos os gastos com viagens internacionais no ano de 1989 (Lascaráin, 1999).

Turismo sustentável é um assunto que passou a ser debatido recentemente nos anos 90. Suas origens provém do conceito mais amplo de desenvolvimento sustentável existente há muitos séculos. Por sustentável se quer dizer desenvolvimento que satisfaz nossas necessidades hoje sem comprometer a capacidade das pessoas satisfazerem as suas no futuro. Trata-se, portanto, de uma perspectiva a um prazo mais longo do que de costume ao tomarmos decisões e envolve também uma necessidade de intervenção e planejamento (Swarbrooke, 2000).

O objetivo deste trabalho é fazer um apanhado geral sobre turismo, as suas implicações à natureza (impactos) e o que se pode fazer para harmonizar turismo e natureza.

## 2-Ecoturismo

### 2.1-Histórico

Turismo e meio ambiente possuem uma inter-relação incontestável uma vez que o segundo é matéria prima para o primeiro. Porém essa relação não tem sido propriamente harmoniosa. Segundo Ruschmann (1997), a relação entre turismo e meio ambiente foi dividido em quatro fases de acordo com estudos desenvolvidos na França.

A primeira fase ocorreu no século XVIII, com a necessidade que as pessoas começaram a sentir de voltar a ter um contato com a natureza, uma vez que muitas viviam nas cidades industrializadas. Os turistas tinham grande curiosidade sobre os meios que visitavam e seus interesses eram por áreas livres da industrialização e por centros turísticos desenvolvidos a beira mar. Era a fase do desenvolvimento e dos primeiros equipamentos turísticos (pousadas, hotéis etc.). A segunda fase, do final do século XIX e início do século XX, é caracterizada por um turismo elitista onde a natureza é domesticada mas é respeitada tendo seus direitos garantidos. A terceira fase ocorre a partir dos anos 50, é o turismo de massa, que tem seu apogeu nos anos



70 e 80. É uma fase de excessos agravada pela falta de infra-estrutura nas localidades turísticas causando um período catastrófico para a proteção do meio ambiente. E por fim, atualmente em várias localidades, o turismo passa a se preocupar com as questões ambientais. A partir da metade dos anos 80 o turismo de natureza ou ecológico ocorre na maioria das regiões turísticas estabelecidas e, nas novas, evita-se ocupar todos os espaços (Ruschmann, 1997).

Por volta dos anos 70 o turismo de massa estava provocando degradação ambiental devido a falta de conscientização das pessoas em relação à importância da preservação do meio ambiente. Hoje há uma mudança nesse comportamento, uma vez que os visitantes estão mais conscientes dos danos que podem causar e do valor da diversidade biológica. No entanto, muito preocupa os riscos de um fluxo elevado de visitantes às áreas naturais e os conservacionistas têm trabalhado arduamente para aliar o turismo à conservação ambiental (Western, 1999).

O ecoturismo explodiu como um verdadeiro fenômeno no mundo das viagens e da conservação. Suas raízes encontram-se na natureza e no turismo ao ar livre. O século XX assistiu a uma verdadeira revolução das viagens às áreas naturais. A África é um bom exemplo, onde, a partir da metade do século passado os safaris fotográficos eram mais populares do que as grandes caçadas (Western, 1999).

Ecoturismo é mais do que uma prática de deslocamento para áreas naturais. É, antes de mais nada, uma atividade que compreende um posicionamento de conservação da natureza e da cultura (Costa, 2002).

Atualmente, não há uma definição geral em circulação, mas qualquer conceito de ecoturismo deve envolver a viagem para áreas naturais relativamente tranquilas e não poluídas, com o objetivo de estudar, apreciar e desfrutar o meio ambiente. O ponto importante é que a pessoa que pratica o ecoturismo tem a oportunidade de desfrutar a natureza de uma maneira que a maioria das pessoas não pode em sua rotina urbana. Como não há um consenso estrito sobre uma definição específica de ecoturismo, sugeriu-se também que se trata de uma viagem responsável, em que se conservam os ambientes naturais e se sustenta o bem estar da população local (Wearing & Neil, 2001).

A atividade ecoturística vem se tornando importante para o aspecto econômico e social a nível mundial. De tal maneira que as Nações Unidas estabeleceram o ano de 2002 como o ano internacional do ecoturismo. O que torna o ano de 2002 um marco referencial para a temática ecoturismo são a Rio + 10 (Eco 2002) realizada na África do Sul e a Conferência de Quebec (Conferência Mundial de Ecoturismo) realizada no Canadá, ambas para discutir sobre a utilização sustentável dos recursos naturais (Costa, 2002).

## 2.2-Onde se pratica ecoturismo

O ecoturismo é praticado em áreas naturais. Tais áreas são denominadas genericamente de unidades de conservação que podem ser públicas ou particulares.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação define oficialmente unidade de conservação como: "Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção".

Além dos objetivos determinados na lei, percebe-se que é característica das Unidades de Conservação (UCs) a imposição de critérios que devem limitar atividades dentro dessas áreas (Costa, 2002).

Além das Unidades de Conservação, o ecoturismo pode ser praticado também em cavernas, praias, áreas particulares como no Pantanal e em Bonito-MS. Ou seja, ecoturismo deve ser praticado em áreas naturais que sejam relativamente tranquilas e não poluídas.

## 2.3-Characterização do ecoturista

Os ecoturistas são pessoas de todas as idades, mas principalmente jovens adultos. São pessoas curiosas, aventureiras e que desejam obter experiências novas. Como o ecoturismo é considerado hoje como uma atividade elitizada, os ecoturistas

são pessoas de grau cultural elevado e pertencem a classes de poder aquisitivo médio à alto. Existem os ecoturistas praticantes ou eventuais, mas ambos buscam no ecoturismo uma maneira de aliviar o estresse do dia-a-dia (Costa, 2002).

Segundo Fennell (2002), estudos sobre o ecoturismo tentaram classificar os ecoturistas. O autor cita o trabalho de Kusler (1991), que classificou-os em três grupos principais:

1. Ecoturistas do tipo “faça você mesmo”. São a maioria dos ecoturistas. Pessoas com alto grau de flexibilidade que têm mobilidade suficiente para visitar qualquer quantidade de lugares e se hospedam nos mais variados tipos de hospedaria.
2. Ecoturista em excursões. São grupos altamente organizados e procuram lugares exóticos.
3. Grupos escolares ou científicos. São pessoas envolvidas em pesquisas científicas e que em geral permanecem períodos longos na mesma região e enfrentam situações mais duras do que os outros tipos.

Outra maneira de classificar o ecoturista é levando em consideração o conjunto de atividades que o turista quer vivenciar e ou desenvolver, assim como o tempo gasto neste processo, não deixando de lado a maneira como querem viajar. Pode-se identificar quatro tipos:

1. Pesquisadores científicos ou excursionistas designados para a educação ou remoção de resíduos ou similares. Ecoturismo mais duro.
2. Pessoas que viajam especificamente para conhecer áreas protegidas e entender a história natural e cultural local. Ecoturismo mais dedicado.
3. Pessoas que visitam os lugares da moda e que procuram uma viagem diferente. Ecoturismo nos lugares em voga.
4. Pessoas que entram em contato com a natureza incidentalmente como parte de uma viagem mais ampla. Ecoturismo casual (Lindberg 1991 apud Fennell, 2002).

Em geral, os ecoturistas são pessoas que preferem grupos pequenos e serviço personalizado, tendem a ser entusiastas ao ar livre e aceitam condições diferentes do seu domicílio, tendo como luxo, alimentação e vida noturna, aspectos menos

importantes do que vivenciar as condições locais, provar os costumes e a comida local (Wearing & Neil, 2001).

### 3-Desenvolvimento sustentável

#### 3.1-Capacidade de suporte ambiental e capacidade de carga turística

Capacidade de suporte é um conceito intimamente relacionado ao de sustentabilidade. Ecologicamente falando, capacidade de suporte é o tamanho máximo estável de uma população, determinado pela quantidade de recursos disponíveis e pela demanda mínima individual, ou ainda, quando o parâmetro da equação de crescimento populacional logístico corresponde ao tamanho em que a taxa de crescimento da população é zero. Desse conceito podemos concluir que o crescimento das populações é dependente da quantidade de recursos existentes e que têm um limite - capacidade de suporte máxima – e que mantida nessas condições oferece pouca chance de sobrevivência das populações frente as incertezas ambientais (Faria & Carneiro, 2001).

A capacidade de suporte (o equilíbrio dos ecossistemas) é prejudicada pela ação humana e sua manipulação e exploração de recursos. No turismo, o termo capacidade de suporte é substituído por capacidade de carga. O significado é o mesmo, porém, para o turismo fica mais claro que a capacidade de suporte do meio se refere à carga de turista que é capaz de receber sem causar danos ambientais significativos (Faria & Carneiro, 2001).

No início da década de 60, o conceito de capacidade de carga foi usado na recreação ao ar livre para determinação da perturbação ecológica decorrente do uso. O que dificultou a utilização do conceito de capacidade de carga foi a compreensão do tipo, da quantidade e do índice de impacto no recurso causado pela recreação. Como exemplo podemos citar uma área de acampamento, que pode sofrer com o tempo um impacto muito sério devido ao excesso de uso. Mudanças significativas podem ocorrer na ecologia do local como: compactação do solo, uso da vegetação

seca ou ainda verde para fazer fogueiras ou pisoteamento de mudas, prejuízos na vida selvagem por conta da produção de lixo e toxinas químicas (repelentes, bronzeadores, creme etc.) no meio ambiente. No entanto, é nos primeiros anos de uso que ocorre o maior impacto em uma área de acampamento e subsiste com o tempo à medida que o solo vai se tornando mais duro. Diante do exemplo citado acima o que se tem é a necessidade de garantir os menores danos possíveis aos recursos em áreas existentes e não de se criar novas áreas de acampamento (Fennell, 2002).

A definição e a operacionalização do conceito de capacidade de carga é mais complicado ainda em razão da necessidade de se considerar os objetivos da gestão, os efeitos causados sobre a qualidade ambiental devido ao uso e o efeito provocado sobre os desejos e expectativas do usuário e do anfitrião. Portanto, para cada área não existe um número fixo estabelecido para limitar a quantidade de uso da mesma. Áreas diferentes têm capacidades diferentes. O que os pesquisadores têm proposto é que se trabalhe com normas e que a partir daí se tenha informações sobre as condições de uso e níveis de impactos apropriados relacionados às atividades individuais (Fennell, 2002).

O cálculo da capacidade de carga turística não possui uma fórmula definida, muitos autores sugerem maneiras diferentes de calculá-la, algumas mais complexas, outras mais simples mas no geral entende-se esses cálculos como a razão entre a dimensão da área e o número de turistas que a visitam em determinado período.

### 3.2-Turismo como fator de desenvolvimento econômico

A indústria do turismo caracteriza-se por ter grande complexidade não só pela grande quantidade de elementos que a compõe, mas também pelos diferentes setores da economia do seu desenvolvimento. O turismo, do ponto de vista econômico, gera renda, promove a criação de empregos, entrada de divisas que ajudam a equilibrar a balança de pagamentos, aumenta impostos e aquece a atividade empresarial. Desta forma, a atividade turística é de grande importância na economia devido a sua enorme

contribuição na geração de Valor Agregado Bruto (VAB) na região receptora (OMT, 2001).

Um dos efeitos mais evidenciados do turismo e que melhor corresponde aos anseios das populações de zonas economicamente desfavorecidas é a sua contribuição para o desenvolvimento regional. O turismo favorece a região onde é instalado de várias maneiras: ocorre um crescimento da atividade econômica a partir do patrimônio e de valores locais; ocorre uma transferência de rendimentos das regiões mais desenvolvidas para a região visitada ocasionando uma exportação de bens e serviços no interior da região que, de outro modo, não ocorreria. Também é promovido o estabelecimento de infra-estruturas e equipamentos sociais como: vias de comunicação, redes de saneamento básico, abastecimento de água e eletricidade, instalação de estabelecimentos bancários e serviços públicos que só se justificam a partir de certa dimensão, em função do desenvolvimento turístico. O turismo ainda contribui para a dinamização e modernização da produção local na agropecuária proporcionando condições para o desenvolvimento de formas de cultura mais vantajosas economicamente (Cunha, 1997).

Porém, como qualquer outra atividade econômica, o turismo pode causar alguns inconvenientes que não podem ser desprezados. Pode provocar alterações graves nos domínios econômico e social e degradações irreversíveis ao ambiente.

Dentro da indústria do turismo, o ecoturismo merece destaque. O ecoturismo é uma indústria extremamente ampla que envolve vários segmentos sociais como o governo, a iniciativa privada e principalmente as comunidades locais e está em crescimento em muitos países. Uma das vantagens do ecoturismo é que proporciona um impulso que favorece, e muito, tanto a expansão e o desenvolvimento da atividade turística como a conservação. É o benefício mais facilmente vendido sob o aspecto da conservação. Em termos mais concretos, a cobrança de ingressos e de outras taxas a partir do ecoturismo podem servir como suplementos dos orçamentos governamentais de conservação que existem.

Em relação ao desenvolvimento econômico, o ecoturismo pode gerar oportunidades de empregos em regiões remotas e além disso acredita-se que o

ecoturismo exige menos investimentos do setor público em infra-estrutura do que o turismo tradicional. Porém, observadores acreditam que o ecoturismo ainda não atingiu seu potencial como um instrumento de conservação e desenvolvimento econômico. Boa parte da razão para que isso ocorra é a dificuldade de obter financiamento para muitos projetos importantes, em parte porque as regiões hospedeiras têm que receber um potencial de receita integral que seja inerente ao ecoturismo e em parte porque uma quantidade relativamente pequena da receita gerada é destinada de forma direta para a conservação e o desenvolvimento econômico (Lindberg & Huber, 1999).

#### 4-Impactos causados pela prática do turismo

De modo geral, a prática do turismo de maneira desordenada, sem planejamento, causa toda sorte de impactos, tanto ambientais como sociais, culturais e econômicos. O ecoturismo, sendo uma vertente do turismo convencional, não poderia ser diferente.

Entende-se por impacto qualquer alteração nas propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente causada em decorrência de atividades antrópicas (humanas) que prejudiquem de maneira direta ou indireta, fatores como a saúde, a segurança e o bem estar da população, as atividades sociais e econômicas, a biota (fauna e flora), as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e por fim, a qualidade dos recursos naturais (Salvati, 2002).

A prática do ecoturismo em áreas protegidas (reservas, parques etc.) é observada em trilhas interpretativas. São caminhos determinados cujo objetivo é levar o turista a interpretação da natureza fazendo-o despertar para a importância da vida silvestre. Os impactos ambientais decorrentes da implantação do uso de trilhas atinge três fatores ambientais principais os quais são citados a seguir:

O primeiro fator é o solo. Os principais impactos são a compactação que diminui a capacidade de retenção de água do solo alterando sua capacidade de sustentar a vida vegetal e animal (microfauna) associada a erosão (Ruuschmann,

1997). Com o fluxo dos turistas, o solo das trilhas vai sendo pisoteado e com isso ocorre a compactação que consiste em camadas de solo endurecidas e impermeáveis situadas geralmente entre cinco e trinta centímetros de profundidade e com cerca de cinco a quinze centímetros de espessura. Com a compactação há uma menor infiltração de água no solo, maior ocorrência de enxurradas e consequentemente diminuição do armazenamento hídrico, uma diminuição da oxigenação que acaba por prejudicar a microfauna aeróbica, além de aumentar a resistência à penetração das raízes provocando deformidades nas mesmas (Beduschi, 2002). Outra consequência da compactação do solo são as erosões (desgaste do solo). O solo estando compactado, perde a vegetação que o reveste, deixando-o desprotegido. Os principais agentes causadores da erosão do solo são a chuva e o vento que vão carregando partículas do solo descoberto (desprotegido) acarretando na abertura de uma fenda. A erosão pode ocorrer de três formas conforme o grau de desgaste como: erosão superficial, erosão em sulcos e erosão em gargantas ou voçorocas (Corrêa, 2002).

O segundo fator é a vegetação. Ocorre a destruição dos vegetais por choque mecânico e direta ou indiretamente, pela compactação do solo. A erosão deixa as raízes das plantas descobertas diminuindo a sua sustentação e facilitando a contaminação das raízes por pragas que comprometem toda a planta. Ocorrem algumas mudanças na composição da vegetação ao redor da trilha pois as alterações ambientais permitem que plantas mais resistentes tenham mais vantagens sobre as plantas mais frágeis, e pode ocorrer a invasão de espécies exóticas e oportunistas (Schelhas, 1986 Apud Pagani, 1999).

O terceiro fator é a fauna. O impacto de trilhas sobre a fauna ainda não é conhecido. O que se pensa é que, provavelmente, deve ocorrer uma alteração quanto ao número de indivíduos de cada espécie, ou seja, um aumento no caso de animais mais tolerantes à presença humana e uma diminuição para as mais sensíveis. A multiplicação das trilhas pode ainda fragmentar a área necessária à algumas espécies animais provocando uma alteração nas suas rotas de deslocamento, destruição de habitat dos animais de caça, destruição de abrigos, etc (Schelhas, 1986 Apud Pagani, 1999).



Outro impacto importante que não pode deixar de ser discutido é o relacionado com a água (consumo e poluição) e a produção e destinação de lixo e esgoto. Em Bombinhas, litoral Catarinense, o aumento da atividade turística em busca de suas “maravilhas naturais” e também em decorrência da pavimentação da BR 101, têm causado problemas ambientais relacionados à água, o lixo e o esgoto. Com o crescente número de visitantes há uma demanda maior de água, o que acarreta em exploração excessiva e desordenada dos recursos hídricos da região podendo provocar uma diminuição desses recursos. A produção de lixo e esgoto também é aumentada e não existe uma destinação adequada para o mesmo. O lixo é depositado em locais inadequados como próximo às nascentes e mananciais, o que pode prejudicar e muito essas fontes de recursos hídricos contaminando-as através de infiltrações do solo. Não existe rede de esgoto, sendo usado sistema de fossas sépticas e ligações diretas na rede pluvial, indo para rios e praias, causando contaminação dessas águas e diminuindo a balneabilidade das praias. Mas não é a água, a única prejudicada pelo lixo e pelo esgoto. Os animais são vítimas em potencial, podendo ocorrer mortes de indivíduos por ingestão de lixo e também da água contaminada. Por outro lado, o acúmulo de lixo pode levar também a proliferação de organismos vetores de doenças como roedores, mosquitos e outros (Lombardo & Castella, 1997).

O Pantanal Sul-matogrossense é uma região que vem sofrendo muitos impactos ambientais. É uma região muito rica em atrativos turísticos e esses atrativos são amplamente divulgados pela mídia nacional e internacional, provocando um crescimento considerável no número de visitantes. Isso causa preocupações em relação à integridade ecológica das áreas escolhidas pelas agências de turismo para a visitação. Os impactos causados pela atividade turística nessa região consistem no pisoteio excessivo do solo causando compactação do mesmo, a destruição da vegetação, visitação ruidosa e indesejável aos animais, tráfego intenso de barcos a motor (óleo, ondas etc.) o que prejudica a qualidade da água e da vida dos animais aquáticos e também a pesca predatória. Os impactos causados pelo aumento da visitação, pela ocorrência de comportamentos inadequados e agressivos aos ecossistemas visitados incidem diretamente e progressivamente com grande

intensidade sobre o patrimônio natural da região. Interferências globais na paisagem, pela perturbação aos ritmos naturais da fauna e flora locais, crescem de forma linear com o aumento da visitação, chegando ao ponto de provocar a redução da diversidade ecológica e biológica da região de modo que a recuperação das condições aceitáveis do ambiente será difícil (Mariani & Gonçalves, 1999).

Os principais impactos socioculturais causados pelo turismo são a perda de valores culturais locais e danos sociais. O ecoturismo, assim como o turismo convencional, promove o contato entre culturas e rotinas diferentes, o que pode acarretar condutas que agredem a comunidade local. Quando falamos em cultura local, pensamos em elementos como hábitos, valores, formas de pensar, interpretar e julgar o mundo e o contato com visitantes que vêm de uma cultura diferente pode influenciar consideravelmente a cultura local. Muitas vezes o turista introduz à comunidade visitada atitudes como, por exemplo, uso de drogas, festas ruidosas, correrias de veículos, ostentação de dinheiro e bens, tratamentos arrogantes, promoção de prostituição dentre outras que afetam a cultura local. A prática do ecoturismo pode promover ainda, uma visão de grandes oportunidades para “ganhar” dinheiro. Com a visitação há uma grande injeção de capital na região e isso acaba por despertar a ganância de alguns nativos que procuram lucrar com os turistas. O interesse também existe da parte de empreendedores forasteiros e isso gera conflitos na comunidade (Benevides, 2002).

Os impactos econômicos que o ecoturismo pode causar são a sobrevalorização de terras e imóveis, o aumento do custo de vida da região, aumento da economia informal e pressões para a super-exploração de áreas turísticas. Esses impactos ocorrem devido a vários fatores como o interesse do turista de voltar ou até mesmo morar na região, ter um espaço próprio ou um negócio local que favorece a especulação imobiliária. Os nativos, em muitos casos, exploram o turista com os preços dos bens e serviços, o que provoca para o próprio local, um aumento no custo de vida (Benevides, 2002).

## 5-Recomendações

Em todos os setores da economia está aparecendo, pouco a pouco, a preocupação com questões ambientais. Nas indústrias propriamente ditas existe padrões definidos pela ISO 14.000 que consideram o meio ambiente não só em relação aos produtos acabados mas também ao processo de produção. No turismo, o ecoturismo vem sendo encarado como uma forma alternativa preocupada com o meio ambiente. Porém, isso não significa que a questão ambiental esteja prestes a ser resolvida. Os poucos estudos existentes com relação ao assunto mostram que existem muitos impactos decorrentes do ecoturismo (Mendonça, 1999).

Sendo o ecoturismo uma importante atividade econômica e uma alternativa fundamental para países de economia periférica, deve-se atentar para o fato de que, se for bem planejado e implantado, ele contribui para diminuir as desigualdades sociais, gerar empregos e renda, integrar ao mercado de trabalho pessoas com baixa qualificação profissional por meio de atividades correlatas, promover o desenvolvimento sustentável de áreas de patrimônio ambiental, evitar o êxodo rural, proteger o meio ambiente e o patrimônio histórico e cultural (MICT – Embratur, 1996 Apud Lombardo & Castella, 1997).

Segundo Boo (1990), há um documento publicado pelo Fundo Mundial para a Vida Silvestre (World Wildlife Fund – WWF) chamado Diretrizes para Diagnósticos e Planejamento do Ecoturismo, especialmente para administradores de áreas protegidas. Tal documento é uma tentativa de ajudar os parques a estabelecerem uma determinada relação com o turismo.

Os administradores de áreas protegidas precisam avaliar o nível de turismo que é melhor para cada área e essa decisão deve refletir o equilíbrio entre as necessidades do visitante, os recursos naturais, as comunidades vizinhas e os governos hospedeiros e a partir daí, planejar uma estratégia que guie o desenvolvimento e gestão do ecoturismo com o objetivo de garantir que a área não seja excessivamente ocupada nem destruída por turistas, criar formas de gerar

empregos e renda para a área protegida e para as comunidades vizinhas e de oferecer educação ambiental aos visitantes.

O objetivo das Diretrizes para Diagnóstico e Planejamento do Ecoturismo é criar uma estratégia de melhor administrar os turistas em áreas protegidas.

Segundo Ruschmann (1997), as leis de proteção ambiental existem em quase todos os países mas na maioria das vezes não há uma harmonia entre o discurso oficial e a prática do dia-a-dia. O poder de certos grupos de interesses, a pressão econômica e as relações privilegiadas com as administrações locais lançam decréscimo sobre uma regulamentação boa e adequada – no papel – mas constantemente violada na prática. Para se conseguir um equilíbrio entre turismo e meio ambiente, é preciso atentar para alguns princípios gerais como:

- 1- Garantir o equilíbrio entre proteção ambiental e a programação de equipamentos turísticos. Para tanto é necessário estimular um intercâmbio entre agentes do desenvolvimento turístico e os envolvidos na proteção da natureza.
- 2- Não existe um turismo bom ou mau, pois nenhum tipo de turismo, mesmo o mais brando, é capaz de não agredir o meio ambiente.
- 3- Não se pode raciocinar de forma genérica considerando que os problemas de uma área turística saturada são diferentes dos problemas de áreas virgens.
- 4- Evitar políticas extremistas como ocorre, por exemplo, em parques nacionais e estações ecológicas, onde em um tudo pode e no outro tudo é proibido, estimulando abusos em uma área e excessos conservadores em outra.
- 5- A consideração da qualidade do meio ambiente é um critério essencial para um turismo qualitativo que no entanto tem seus custos. Deve-se tomar o cuidado de fazer com que todos que vivem do turismo agüentem os custos resultantes da qualidade do produto.
- 6- Embora os turistas de países ricos estejam sensibilizados com a conservação da natureza, continuam devastando localidades turísticas das nações mais pobres. É preciso, portanto, incentivar uma nova relação entre turismo e meio ambiente, pois trata-se de uma oportunidade de reconciliar o homem com o seu meio.

Para construir uma relação harmoniosa entre turismo e meio ambiente pode-se lançar mão de instrumentos como a conscientização dos empreendedores turísticos e estimular a utilização racional dos instrumentos legislativos, sua regulamentação e principalmente planejar as atividades.

Para que seja possível proteger a autenticidade e a originalidade dos recursos naturais das áreas visitadas que as fazem ser atrativos turísticos, a única maneira que pode obter chances de êxito é uma legislação imperativa e preferencialmente, preventiva.

O planejamento das atividades turísticas deve ser realizado com a participação de todos os segmentos incluindo os gestores do setor público, privado e principalmente da comunidade envolvida. Questões ambientais amplas como, consumo de água e destinação do lixo e do esgoto, precisam ser avaliadas e resolvidas a priori. Os participantes da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo de Quebec, na Conferência de Quebec realizada em 2002 na África do Sul, produziram uma série de recomendações para a implantação do ecoturismo, direcionadas aos governos, setor privado, organizações não-governamentais, associações de base comunitária, instituições de ensino e pesquisa, agências financiadoras e de auxílio ao desenvolvimento e comunidades locais (ver anexo).

Fennell (2002), também sugere alguns princípios para a prática do ecoturismo sustentável os quais estão relacionados a seguir:

- Usar os recursos de forma sustentável – A conservação e o uso sustentável dos recursos naturais, sociais e culturais é crucial e garante os negócios a longo prazo.
- Reduzir o consumo exagerado e o desperdício – A redução do consumo exagerado e do desperdício evita o custo da recuperação do meio ambiente, danificado ao longo do tempo, e contribui para a boa qualidade do turismo.
- Manter a diversidade – Manter a diversidade natural, social e cultural é essencial para o turismo sustentável de longo prazo, e cria uma base resiliente para a indústria do turismo.

- Integrar o turismo ao planejamento – O empreendimento turístico integrado num contexto de planejamento estratégico, nacional e local, e submetido aos EIAs (Estudos de Impacto Ambiental) aumenta a viabilidade a longo prazo do turismo.
- Apoiar as economias locais – O turismo que apoia uma ampla série de atividades econômicas locais e que leva em conta os custos/valores ambientais, protege essas economias e evita danos ao meio ambiente.
- Envolver as comunidades locais – O envolvimento total das comunidades locais no setor do turismo não só traz benefícios a elas e ao meio ambiente em geral, mas também melhora a qualidade da experiência do turismo.
- Consultar os investidores e o público – As consultas a investidores, comunidades locais, organizações e instituições são essenciais se todos quiserem trabalhar juntos e conciliar interesses potencialmente conflitantes.
- Treinar equipes – O treinamento de equipes que integram o turismo sustentável, além do recrutamento de pessoal local em todos os níveis melhora a qualidade do produto do turismo.
- Fazer o marketing – O marketing que fornece informações completas e responsáveis aumenta o respeito dos turistas pelo meio ambiente natural, social e cultural das áreas de destino, e aumenta a satisfação dos clientes.
- Realizar pesquisas – A pesquisa contínua e o monitoramento pela indústria do turismo, coletando e analisando dados, é essencial para a resolução de problemas, além de trazer benefícios às localidades de destino, à indústria do turismo e a seus consumidores.

Quando o ecoturismo é planejado e implantado corretamente e envolve todos os segmentos da sociedade, pode trazer benefícios e promover uma relação mais harmoniosa entre turismo e meio ambiente. Temos como exemplo o caso de Belize onde, com o crescimento do número de visitantes, o governo designou o turismo como a segunda prioridade. Graças ao sucesso de Belize no desenvolvimento de uma indústria ecoturística, tanto o governo quanto o setor privado consideram importantes a vida selvagem e a conservação florestal. O mais importante é que o meio ambiente foi formalmente vinculado ao turismo no Ministério de Turismo e Meio Ambiente,

que conferiu proteção e prioridade ao meio ambiente por intermédio do ecoturismo (Godfrey, 1990 Apud Horwich et al 1995).

No Brasil, as instituições oficiais empregam a denominação de Unidades de Conservação (Ucs) para áreas protegidas legalmente. São as Áreas Naturais Tombadas, Áreas de Proteção Ambiental (APAs), Áreas de Relevante Interesse Ecológico, Áreas de Proteção Especial, Estações Ecológicas, Parques, Reservas Biológicas ou Florestais. O documento principal de planejamento para essas áreas é o Plano de Manejo. Em cada estado existe um órgão responsável pela gestão das UCs como, por exemplo, a FEEMA do Rio de Janeiro, o Instituto Florestal e Fundação Florestal de São Paulo, o Ibama ligado ao Ministério do Meio Ambiente (Boo, 1990).

## 6-Conclusão

O ecoturismo é uma importante atividade de desenvolvimento econômico e sociocultural, porém, é preciso que se tenha uma preocupação com o seu planejamento para que a sua característica de atividade de desenvolvimento seja válida. É utópico pensar em uma atividade turística que não provoque impactos ao meio ambiente, porém, é preciso um planejamento para que os impactos sejam minimizados e não ocorram de maneira irreversível. Muito se fala hoje em conservação dos recursos naturais e se tem o ecoturismo como ferramenta importante para a conscientização dos visitantes em relação à importância dos recursos naturais. O ecoturismo pode vir a ser muito útil para este fim, desde que se trabalhe com responsabilidade, desenvolva planejamentos eficazes e as autoridades responsáveis se empenhem e moralizem a prática do turismo em áreas ambientais.

## 7-Referências Bibliográficas

Aulicino, M. P. *Algumas implicações da exploração turística dos recursos naturais*. In: Rodrigues, A. B. (org) *Turismo e Ambiente. Reflexões e propostas*. Editora Hucitec, São Paulo 1997, p. 177.

Beduschi, G. *Compactação do solo*.

Disponível em: <http://scotconsultoria.com.br> Acesso em 05/11/2002.

Benevides, S. *Os impactos do ecoturismo*.

Disponível em: <http://www.geocities.com.br> Acesso em 01/11/2002.

Boo, E. *Ecotourism: The Potentials and Pitfalls*. Vol 1. Washington 1990a.

Conti, J. B. *A natureza nos caminhos do turismo*. In: Rodrigues, A. B. (org) *Turismo e Ambiente. Reflexões e propostas*. Editora Hucitec, São Paulo 1997, p. 177.

Corrêa, A. *Alerta e conservação do solo*. Disponível em: <http://www.cnps.embrapa.br> Acesso em 05/11/2002.

Costa, P. C. *Ecoturismo*. Editora Aleph, São Paulo 2002, p. 87.

Cunha, L. *Economia e política do turismo*. Editora Mc Graw – Hill, Portugal 1997, p.350.

Faria, D. S. & Carneiro, K. S. *Sustentabilidade Ecológica no Turismo*. Editora UnB, Brasília D.F. 2001, p. 95.

Fennell, D. A. *Ecoturismo, uma introdução*. Editora Contexto, São Paulo 2002, p.281.



Godfrey, D.; Horwich, R. H.; Lyon, J.; Murray, D. & Saqui, E. *O ecoturismo e o desenvolvimento da comunidade: a experiência de Belize*. In: Lindberg, K. & Hawkins, D. E. (eds) *Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão*. 2 ed. Editora Senac, São Paulo 1999, p. 289.

Lascuráin, H. C. *O ecoturismo como um fenômeno mundial*. In: Lindberg, K. & Hawkins, D. E. (eds) *Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão*. 2 ed. Editora Senac, São Paulo 1999, p. 289.

Lindberg, K. & Huber, R. M. Jr. *Questões econômicas na gestão do ecoturismo*. In: Lindberg, K. & Hawkins, D. E. (eds) *Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão*. 2 ed. Editora Senac, São Paulo 1999, p. 289.

Lombardo, M. A. & Castella, L. L. C. *Turismo ambiental: o caso de Bombinhas (SC)*. In: Rodrigues, A. B. (org) *Turismo e Ambiente. Reflexões e propostas*. Editora Hucitec, São Paulo 1997, p. 177.

Mariani, M. A. P. & Gonçalves, H. C. *Os impactos ambientais decorrentes das atividades turísticas no Pantanal sul-matogrossense (MS, Brasil)*. In: Lemos, A. I. G. (org) *Turismo: Impactos Socioambientais*. 2 ed. Editora Hucitec, São Paulo 1999, p.305.

Mendonça, R. *Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?* In: Lemos, A. I. G. (org) *Turismo: Impactos Socioambientais*. 2 ed. Editora Hucitec, São Paulo 1999, p.305.

Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao turismo*. Editora Roca, São Paulo 2001, p. 371.

Pagani, M. I.; Schivetti, A.; Moraes, M. E. B. & Torezan, F. H. *As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo*. In: Lemos, A. I. G. (org) *Turismo: Impactos Socioambientais*. 2 ed. Editora Hucitec, São Paulo 1999, p. 305.

Ricklefs, R. E. *Economia da natureza*. 3 ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de janeiro 1996, p. 462.

Ruschmann, D. *Turismo e Planejamento Sustentável. A proteção do Meio Ambiente*. 5 ed. Editora Papirus, Campinas S.P. 1997, p. 199.

Salvati, S. S. *Benefícios e impactos do ecoturismo*.

Disponível em: <http://www.sites.uol.com.br> Acesso em 01/11/2002.

Sistema Nacional de Unidades de Conservação. *Unidades de Consevação*.

Disponível em: <http://www.socioambiental.org> Acesso em 10/10/2002.

Swarbooke, J. *Turismo Sustentável. Conceitos e Impacto Ambiental*. Vol. 1. Editora Aleph, São Paulo 200, p. 140.

Wearing, S. & Neil, J. *Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades*. Editora Manols, São Paulo 2001, p. 256.

Western, D. *Definindo Ecoturismo*. In: Lindberg, K. & Hawkins, D. E. (eds) *Ecoturismo, um guia para planejamento e gestão*. 2 ed. Editora Senac, São Paulo 1999, p. 289.

World Ecotourism Summit. *Declaração de ecoturismo de Quebec*.

Disponível em: <http://www.descubraminas.com.br> Acesso em 05/11/2002.

## 8-Anexo

Recomendações da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo.

Quebec, 19 à 22 de maio de 2002.

Os participantes da Cúpula de Especialistas em Ecoturismo, realizada em Quebec, no Canadá, de 19 à 22 de maio de 2002, propõem as seguintes recomendações:

### A. Aos governos

1. formular políticas e estratégias de desenvolvimento nacional e local que sejam compatíveis com os objetivos do desenvolvimento sustentável. É importante que isto seja conduzido por meio de um amplo processo de consulta àqueles que se envolverão ou que serão afetados pelas atividades de ecoturismo. Se possível, deve-se ampliar os princípios do ecoturismo às demais atividades do setor de turismo;
2. em conjunto com as comunidades locais, setor privado, ONGs e todas as partes interessadas, garantir a proteção da natureza, das culturas locais e especialmente do conhecimento tradicional e dos recursos genéticos;
3. garantir o envolvimento e a participação apropriada de cada instituição pública em nível local, regional, incluindo o estabelecimento de grupos de trabalho interministeriais, quando necessário. Além disso, são necessários orçamentos adequados e legislações apropriadas que permitam a implementação dos objetivos e metas estabelecidos pelas partes interessadas;
4. incluir, em níveis nacional, local e regional, em seu plano de ação mecanismos regulatórios e de monitoramento, além de indicadores de sustentabilidade aceitos pelas partes interessadas e estudos de impacto ambiental para prevenir ou minimizar a ocorrência de impactos negativos nas comunidades ou no meio ambiente. Os

resultados dos monitoramentos devem estar à disposição do público, já que estas informações permitirão que os turistas escolham operadores que adotam princípios do ecoturismo;

5. desenvolver a capacidade de implementação de mecanismos de gestão do crescimento, como zoneamento, e de uso participatório do solo tanto em áreas protegidas como em seus entornos e em outras zonas de desenvolvimento do ecoturismo;

6. utilizar manuais de utilidade e eficiência consagradas para servir de base para processos de certificação, adoção de selos verdes e outras iniciativas voluntárias promovidas em nome da sustentabilidade do ecoturismo. É necessário encorajar os operadores a se unir a tais iniciativas e promover o seu reconhecimento por parte dos consumidores. Os sistemas de certificação da atividade, no entanto, devem sempre seguir critérios regionais, promover capacitações e fornecer apoio financeiro de forma a se tornar acessíveis também aos pequenos e médios operadores. Uma série de critérios e métodos é necessária para que estes esquemas atinjam seu objetivo;

7. garantir o acesso ao desenvolvimento dos recursos técnicos, financeiros e humanos para micro, pequenas e médias operadoras, que são a base do ecoturismo, de forma a lhes garantir o estabelecimento, crescimento e desenvolvimento de uma maneira sustentável. De forma similar, esta infra- estrutura deve ser fornecida em áreas com potencial ecoturístico para estimular o surgimento de novos empreendimentos;

8. definir políticas apropriadas, planos de manejo e programas interpretativos para visitantes. Estabelecer mecanismos de identificação de fundos adequados para a gestão de áreas protegidas com acelerado crescimento de visitantes e proteção de ecossistemas vulneráveis. Estes planos devem incluir normas claras, estratégias de manejo direto e indireto e regras para uso de recursos de forma a garantir o

monitoramento dos impactos sociais e ambientais para todos os empreendimentos de ecoturismo na área;

9. incluir as micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, assim como aquelas de base comunitária, na estratégia promocional e programas desenvolvidos pelas empresas nacionais de turismo, tanto no mercado nacional como internacional;

10. desenvolver redes regionais para a promoção e marketing de produtos de ecoturismo em nível nacional e internacional;

11. criar incentivos para que os operadores de turismo tornem suas atividades mais ambiental, social e culturalmente responsáveis;

12. garantir que alguns princípios ambientais e sanitários básicos sejam definidos e adotados para todos os empreendimentos de ecoturismo, mesmo para aqueles conduzidos em parques nacionais e áreas rurais. Isto deve incluir aspectos como a escolha de locais, planejamento, tratamento de lixo, proteção de córregos e riachos, entre outras coisas. Deve-se garantir ainda que as estratégias de desenvolvimento do ecoturismo sejam conduzidas sob uma forma que preveja investimentos em infraestrutura sustentável e em capacitação das comunidades para que elas monitorem estes aspectos;

13. investir ou dar apoio a instituições que investem em programas de pesquisa em ecoturismo e turismo sustentável. Instituir estudos e pesquisas que levantem dados sobre fauna e flora, com atenção especial para espécies ameaçadas, como parte de um programa de levantamento de impactos para as atividades de ecoturismo;

14. apoiar o desenvolvimento de princípios internacionais, manuais e códigos de ética para o turismo sustentável fortalecendo as políticas nacionais e internacionais que utilizam o conceito de desenvolvimento sustentável na atividade;

15. considerar como uma opção o remanejamento de áreas públicas de produção intensiva para a atividade do turismo combinada à conservação, quando esta mudança puder trazer benefícios sociais, econômicos e ambientais para as comunidades em questão;

16. promover e desenvolver programas educacionais para crianças e adolescentes para aumentar a consciência a respeito da importância da conservação da natureza e do uso sustentável, das culturas locais e indígenas e da sua relação com o ecoturismo;

17. promover a colaboração entre operadores de turismo, demais prestadores de serviço e ONGs nos destinos para permitir a educação de turistas e influenciar seu comportamento nos destinos, especialmente em países em desenvolvimento.

#### B. Ao Setor Privado

18. planejar, desenvolver e conduzir seus empreendimentos minimizando impactos e contribuindo para a conservação de ecossistemas sensíveis, do meio ambiente em geral e levando benefícios às comunidades locais;

19. ter em mente que, para ser sustentável, um empreendimento de ecoturismo precisa ser rentável às partes envolvidas, incluindo proprietários, investidores, gerentes e empregados, assim como às comunidades e às organizações de conservação presentes na área onde a atividade é desenvolvida;

20. adotar formas confiáveis de regulação voluntária, como selos verdes, de forma a demonstrar aos seus potenciais clientes o seu real compromisso com os princípios da sustentabilidade;

21. cooperar com organizações governamentais e não-governamentais que trabalham com conservação de áreas protegidas e de biodiversidade assegurando que suas práticas de ecoturismo sejam realizadas de acordo com planos de gestão e outras regulações para estas regiões. Desta forma, fica evidente que se preocupam em minimizar quaisquer impactos negativos garantindo a qualidade das experiências de turismo e contribuindo financeiramente para a conservação dos recursos naturais;

22. garantir a utilização de materiais, produtos, logística e recursos humanos locais em suas operações de forma a manter a autenticidade da atividade de ecoturismo e ampliar os benefícios financeiros ao destino. Para que isso seja possível, é necessário também que se invista no treinamento e na capacitação da mão-de-obra local;

23. garantir que a cadeia de produtos e serviços que compõem a operação de ecoturismo seja sustentável e compatível com o nível de sustentabilidade necessário a ser oferecido ao consumidor;

24. trabalhar ativamente com lideranças indígenas para garantir que suas comunidades e culturas sejam tratadas com respeito e que seu quadro de funcionários e clientes seja bem informado a respeito das áreas indígenas, de seus costumes e história;

25. promover entre seus clientes, os turistas, uma forma consciente de comportamento dando-lhes a oportunidade de participar de experiências de educação ambiental e de conviver com pessoas de outras culturas. Além disso, contribuições voluntárias às comunidades locais e às atividades de conservação realizadas na região devem ser encorajadas;

26. diversificar suas ofertas desenvolvendo um leque de atividades turísticas e estendendo suas visitas a locais diversos de forma a disseminar o potencial de ecoturismo destas regiões e evitar que um determinado local seja super- explorado e

sua sustentabilidade colocada em perigo. Para tanto, as operadoras devem respeitar e contribuir para o estabelecimento de limites de visitas de cada local;

27. criar e desenvolver mecanismos de arrecadação de fundos para a manutenção de associações e cooperativas que podem fornecer treinamento e divulgação e desenvolver produtos e pesquisas;

28. Em relação aos pontos acima, formular e implementar políticas específicas para cada setor/serviço ligado à operação do ecoturismo.

C. Às organizações não-governamentais, associações de base comunitária e instituições de ensino e pesquisa

29. fornecer apoio técnico, financeiro, educacional, capacitação e de mais suportes aos destinos de ecoturismo, às suas organizações comunitárias, pequenos negócios e autoridades locais de forma a garantir a aplicação de políticas apropriadas, o desenvolvimento de planos de gestão e os mecanismos de monitoramento compatíveis com a sustentabilidade;

30. monitorar e conduzir estudos do impacto das atividades de ecoturismo nos ecossistemas, na biodiversidade e nas culturas indígenas locais;

31. cooperar com as organizações públicas e privadas garantindo que os dados e informações gerados com os estudos sejam utilizados na tomada de decisões durante o processo de desenvolvimento e gestão do ecoturismo;

32. cooperar com as instituições de pesquisa de forma a se encontrar as soluções mais práticas e adequadas para as questões relacionadas ao desenvolvimento do ecoturismo;



D. Às instituições internacionais de financiamento e agências de assistência ao desenvolvimento

33. planejar e acompanhar a implementação de políticas nacionais e locais de desenvolvimento do ecoturismo e a avaliação de sua relação com a conservação, desenvolvimento sócio-econômico, direitos humanos, redução da pobreza e outras questões ligadas ao desenvolvimento sustentável, além de intensificar a transferência destes conhecimentos para outros países. Uma atenção especial deve ser dada aos países em desenvolvimento e às ilhas e países montanhosos, já que 2002 foi estabelecido como o "Ano das Montanhas" pelas Nações Unidas;

34. promover capacitações em organizações locais, regionais e nacionais para a formulação e aplicação de políticas e planos de ecoturismo baseados em padrões internacionais consagrados;

35. desenvolver padrões mundiais e mecanismos para sistemas de certificação do ecoturismo que considerem empreendimentos de pequeno e médio portes e a eles facilite o seu acesso;

36. incorporar o diálogo entre as diversas partes interessadas nas políticas, manuais e projetos em níveis global, regional e nacional para a troca de experiências entre os países e setores envolvidos no ecoturismo;

37. fortalecer seus esforços em identificar os fatores que determinam o sucesso e fracasso das atividades de ecoturismo ao redor do mundo de forma a transferir estas experiências e melhores práticas para outras nações por meio de publicações, missões de campo, seminários e projetos de assistência técnica. O Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas e a Organização Mundial do Turismo (WTO) devem continuar este diálogo promovendo, por exemplo, avaliações periódicas do ecoturismo em encontros internacionais e regionais;

38. adaptar, sempre que necessário, suas formas de financiamento e empréstimo às micro, pequenas e médias operadoras de ecoturismo, que são a base da atividade, de forma a garantir sua sustentabilidade econômica a longo prazo;

39. desenvolver a capacidade dos recursos humanos internos para lidar com o turismo sustentável e com o ecoturismo como uma atividade de desenvolvimento em si só e garantir que o conhecimento interno, a pesquisa e a documentação permitam que o ecoturismo seja visto como uma ferramenta de desenvolvimento sustentável.

#### E. Às comunidades e organizações locais

40. Como parte de uma visão de desenvolvimento para a comunidade, definir e implementar estratégias para um aumento de benefícios para a localidade, incluindo o acesso à informação, o desenvolvimento humano, físico, financeiro e social, que venham com o crescimento da prática do ecoturismo;

41. Fortalecer, estimular e encorajar a habilidade da comunidade em manter e utilizar conhecimentos tradicionais que sejam relevantes para a atividade do ecoturismo, como o artesanato, a agricultura, o folclore, a culinária e demais atividades que utilizam os recursos locais de forma sustentável.

(World Ecotourism Summit, 2002)